

RESENHA: A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato

Leandro Nieves Ribeiro

Mestrando em Geografia – FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente

e-mail: leandro.nieves@gmail.com

RESENHA DE: DESMARAIS, Annette Aurélie. **A Via Campesina: A globalização e poder do campesinato**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

Introdução

A Via Campesina é um dos principais movimentos camponeses na atualidade e vem-se destacando no cenário internacional com suas ações e propostas que confrontam os centros de decisão política na agricultura, como a Organização Mundial de Comércio (OMC), o Banco Mundial, das empresas transnacionais (Monsanto, Syngenta...) e de outras ONG's. Os temas abordados pelo movimento são: reforma agrária, soberania alimentar, questão de gênero, biodiversidade e recurso genéticos, direitos humanos e agricultura camponesa sustentável.

Desses temas, a principal bandeira do movimento é a de soberania alimentar, que em resumo, seria o direito de cada nação para definir suas políticas agrícola e alimentar, assim como, de cada um desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos a partir da sua diversidade cultural. Dessa forma, a soberania é mais ampla do que o conceito de segurança alimentar – defendido pela OMC – que em modo geral complementaria a ideia de “ser alimentado”, enquanto, a de soberania, seria a de “alimentar-se”. Para a Via Campesina, a soberania alimentar só será concretizada com uma reforma agrária ampla, no sentido de, reformar o sistema agrícola para favorecer a produção camponesa.

Devido a dimensão dos temas abordados pela Via Campesina, assim como, da sua representação no cenário internacional e de seus movimentos articulados no Brasil¹, essa obra intitulada de “A Via Campesina: a globalização e poder do campesinato”, de autoria da canadense Annette Aurélie Desmarais, torna-se de extremo valor para os estudiosos dos temas no Brasil sobre a modernização da agricultura, da questão agrária, do campesinato, dos movimentos sociais no campo, da luta na terra, da questão de gênero e entre outros.

Sobre a autora

Annette Aurélie Desmarais é Ph.D. em Geografia e está vinculada ao Departamento de Estudos da Justiça da Universidade de Regina no Canadá. Militante da Via Campesina desde a sua criação em 1993, atuou como assistente técnica, permitindo um “olhar por dentro” do movimento a partir de diversos trechos de entrevistas com as lideranças, dos encontros, das reuniões, das conferências, dos debates e dos documentos.

Antes de ingressar no movimento, Desmarais foi agricultora e criadora de gado na província de Saskatchewan (Canadá) e relata no livro, que o interesse em participar do

¹ No Brasil, a Via Campesina é representada pelos seguintes movimentos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ).

movimento se deu, quando percebeu a necessidade dos agricultores em se organizarem. Nessa época, a autora estava em uma conferência pela Brigada Oxfam de Agricultores Canadenses em Nicarágua, com a participação do *Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos* (UNAG) - cujo movimento, em 1992, organizaria uma reunião (chamada de II Congresso da UNAG) que buscava articular os camponeses de todo o mundo. Nessa reunião, propôs-se em criar um movimento a nível internacional que viria a ser a Via Campesina, tendo a sua formalização no ano seguinte, com outra reunião contando com 46 líderes de organizações camponesas em Mons (Bélgica).

Após a esse contato, Desmarais se interessou pela política de alimentos, levando-a abandonar sua vida no campo para, posteriormente, assumir a coordenação do Projeto Agrícola Mundial da Oxfam, pelo qual, permitiu a sua aproximação com o *National Farmers Union* (NFU), que viria a ser um dos auxiliares na formação do movimento em 1993, e da Via Campesina. Foi como coordenadora que Desmarais, assumiu, simultaneamente, a função de assistente técnica da Via Campesina. Segundo a autora, a ideia de escrever essa obra, deveu-se pela sua intenção em contribuir com uma análise sobre o movimento para identificar os seus pontos positivos ou negativos. Sem dúvidas, o livro trouxe uma análise profunda da Via Campesina como demonstraremos a seguir.

Sobre o livro

Esse livro lançado no final de 2013 no Brasil, pela parceria da Editora Cultura Acadêmica e da Expressão Popular, é uma tradução do livro de versão inglesa publicada em 2007, pela *Fernwood Publishing* (Canadá) e da *Pluto Books* (Inglaterra).

Nessa versão nacional, o livro conta com o prefácio escrito pelo João Pedro Stédile, militante da Via Campesina Internacional e diretor nacional do MST, que ressalta nos seus escritos a extrema contribuição do livro de Desmarais, associando o livro como um registro histórico sobre a Via Campesina e, ainda, reflete sobre o papel dessa articulação no contexto mundial da produção de alimentos.

Ao todo, o livro está dividido em sete capítulos. E o objetivo da autora é buscar entender como ocorreu a organização dos camponeses dos hemisférios norte e sul em um movimento, do objetivo dessa articulação, as suas propostas e de que forma, a Via Campesina conseguiu com êxito confrontar as organizações dominantes que influenciavam as políticas na área rural.

O primeiro capítulo, intitulado de “Para onde foram os camponeses? Depois de tanto tempo...”, refere-se da desmistificação de que os camponeses desapareceriam ao longo do desenvolvimento capitalista no campo, e segundo a autora, não apenas sobreviveram, mas souberam resistir contra os avanços da modernização da agricultura organizando-se com demais organizações camponesas a nível internacional e pressionando os ditadores do comércio.

Consecutivamente, a autora, destaca as primeiras manifestações articuladas pelo movimento, ocorridas, logo após sete meses de ser constituída legalmente - em 1993 - cuja manifestação, contou com camponeses de diversas regiões durante a reunião do Gatt em Genebra. Outras manifestações citadas pela autora são as durante as conferências ministeriais da OMC, como novamente em Genebra (1998), em Seattle (1999), Cancun (2003) e Hong-kong (2005) e entre outras. Houve, também, manifestações durante os eventos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Ainda nesse capítulo, Desmarais revela sobre a forma em que foi construída a unidade em torno da Via Campesina em questão de uma múltipla diversidade de movimentos. Segundo a autora, alguns intelectuais acreditavam que uma organização única de camponeses de vários lugares seria algo impossível, em vista, da diversidade de lutas, culturas e pensamentos. Com a criação da Via Campesina, mostrou-se que é possível tal organização, mesmo com essas diversidades.

No segundo capítulo, “modernização e globalização: o aprisionamento da agricultura”, Desmarais contextualiza o momento em que surgiu a proposta da Via

Campesina, que refere-se ao processo de modernização no campo, que levou conseqüentemente, a dependência dos camponeses com as empresas transnacionais, e do total desprezo da capacidade dos camponeses e de suas culturas locais.

Outro fator relevante, segundo a autora, foi a busca por uma alternativa ao desenvolvimento no campo nos países subdesenvolvidos, organizadas pela ONU em conjunto com chefes de Estados e de ministros de agricultura de varias regiões em conferencias sobre a alimentação mundial. Embora, o evento discutisse o futuro dos camponeses, estes não eram consultados e muito menos ouvidos. Com a criação da Via Campesina, os interesses dos camponeses foram mostrados ao mundo, e suas vozes ressoaram de tal forma, a ganharem repercussão e respeito.

No terceiro capítulo, “a globalização dos camponeses e agricultores”, Desmarais analisa o processo de formação da Via Campesina com os encontros em Nicarágua e na Bélgica, e, assim como, da construção de laços internacionais e dos intercâmbios, que segundo a autora, serviram para capacitar os camponeses e dissolver a dualidade entre Norte e Sul. Outro destaque, é sobre os conflitos com as ONG’s e a distinção da Via com a IFAP (Federação Internacional dos Agricultores Produtores) - que “representava” os camponeses e agricultores antes da criação do movimento - e por fim, discorre sobre a conquista do espaço no cenário internacional. Em base dos documentos e das atas das reuniões, Desmarais traz uma rica contribuição documental e memorial do movimento.

No quarto capítulo, “*Em algum momento, em algum lugar, a OMC vai se reunir... E nos estaremos lá*”, a autora destaca a distinção entre o pensamento da Via Campesina e de alguns agricultores – representados pela IFAP – e da OMC. A diferença da Via Campesina com a OMC, é que a primeira trata o alimento, primeiramente, como fonte de nutrição e secundariamente, como comércio. Além disso, segundo Desmarais, a Via Campesina ao defender a soberania alimentar rejeita por si o pensamento da OMC.

Em relação entre a IFAP e a Via, ambas defendem a necessidade de regulamentar o comércio internacional para estabelecer regras no mercado, mas seus pensamentos se diferenciam quanto a liberalização econômica, enquanto a IFAP é favorável, a Via Campesina repudia.

Com a falta de dialogo entre os camponeses e a OMC, a Via Campesina encarregou-se nas mobilizações, manifestações em massa ou até mesmo em ação direta. Segundo a autora, a própria situação imposta pela OMC levou a organização da Via Campesina a se organizar. E na medida de novas ações, a Via Campesina conseguiu mais organizações adeptas ao movimento, fortalecendo ainda mais a luta. As campanhas mundiais, como “O Nosso mundo não está a venda: prioridade para a Soberania Alimentar dos Povos – OMC fora da agricultura”, também foram essenciais para a espacialização e territorialização do movimento no cenário internacional.

No quinto capítulo, “*Um balanço final: realidades locais e ações mundiais...*”, a autora destaca que o sucesso da Via Campesina depende de que suas organizações locais e nacionais sejam fortes, embora, algumas sofressem com a falta de recursos, de fracas lideranças, de disputas pessoais dentro do movimento e entre outros problemas.

Dessas organizações, cita, de um lado, o caso do MST, pelo excelente trabalho de base na conscientização da luta pela terra em diversas regiões no Brasil, e, também, da *Confédération Paysanne* (CP) da França, cujo movimento, conseguiu intensificar sua popularização na França², após uma ação que desmantelou a loja do *McDonald's* na cidade de *Milliau*, que representava a “epítome da agricultura industrializada, do imperialismo econômico, do poder das transnacionais e da *malbouffe* [junk food]” (p.207). Esses movimentos conseguiram destacar-se a nível regional e suas presenças fortaleceram o movimento internacionalmente.

Por outro lado, os movimentos que exemplificam os casos negativos são das Filipinas, o *Kilusang Magbubukid ng Pilipinas* (KMP) e sua dissensão o *Demokratikong Kilusang Magbubukid ng Pilipinas* (dKMP), que devido a um conflito pessoal prejudicaram a

² Desmarais refere-se aos resultados das eleições para as Câmaras de Agricultura, cuja participação da organização obteve um aumento de 21% em 1995 para 28% em 2000.

preparação da Via Campesina para a 2ª Conferencia Internacional e do Fórum Paralelo de ONG's que foram adiadas e transferidas para o México.

No sexto capítulo, “*Cooperação, colaboração e comunidade*”, especifica-se sobre a questão de gênero incluída na pauta do movimento sendo fundamentais para estabelecer o equilíbrio e para a construção sólida do movimento. Segundo a autora, o início do debate sobre a questão de gênero deu-se pela formação de um comitê específico sobre as mulheres da Via Campesina na 2ª Conferencia em *Tlaxcala* (México), cujo objetivo do comitê seria de: primeiro, levantar as questões colocadas pelas mulheres da Via Campesina; segundo, desenvolver estratégias, mecanismos e um plano de ação para a participação igualitária das mulheres tanto a nível local como global e, por fim, de criar uma rede de comunicação entre as mulheres da Via Campesina que seria estabelecida pelos fóruns sobre a questão de gênero.

No capítulo final, Desmarais, reflete sobre os significados da Via Campesina. Compara o momento anterior da criação do movimento, pelo qual, não havia uma organização que representasse legalmente os camponeses e que nem suas “vozes eram ouvidas”. Após a criação, os camponeses obtiveram uma organização e articulação, e somente assim, suas vozes ressoaram altas e claras. Aponta-se, também, para a criação de um próprio espaço internacional independente, como o Fórum Social Mundial.

Outra reflexão da autora, é sobre o impacto das manifestações como na marcha realizada no ano de 2002 em Quito (Equador) num protesto contra a Alca (Acordo de Livre Comércio das Américas), o bloqueio das estradas bolivianas em rejeição à Alca e a venda do gás para investidores americanos e chilenos em janeiro de 2003, a ação em conjunto no dia 17 de abril – o Dia Internacional da luta camponesa³ – em 2006, nas ruas da Palestina, dos Estados Unidos e de Moçambique pedindo para respeitarem os direitos dos camponeses e entre outros exemplos.

Por fim, a autora busca entender a importância do termo camponês para o nome do movimento e conclui que ao utilizar esse termo politizado, “as pessoas compartilham um compromisso profundo com o lugar, que são intimamente ligados com um pedaço particular da terra, que todas são parte de uma comunidade rural específica, cujo modo de existência está ameaçado” (p.297) e finaliza, que a Via Campesina vem preenchendo os espaços com as vozes camponesas, assim como articulando suas demandas e propostas, permitindo imaginar uma esperança de uma “outra” agricultura.

Recebido para publicação em 02 de janeiro de 2014

Aceito para publicação em 03 de janeiro de 2014

³ Essa data é memorativa ao episódio do Massacre do Eldorado dos Carajás no ano de 1996, que refere-se ao assassinato de 19 camponeses do MST e mais de 60 feridos pela Polícia Militar, durante uma operação para desbloquear a rodovia PA-150 no Sudeste do Pará. O massacre aconteceu durante a II Conferencia Internacional da Via Campesina, em *Tlaxcala* (México) e como repúdio ao episódio, a data foi estabelecida como o Dia Internacional da Luta Camponesa, tendo a cada ano nesse dia, diversas ações organizadas pela Via Campesina, como manifestações em variados países e ocupações de terras.